

Outra prova da oscilação de forças entre o regime militar e as oposições se deu em torno do caráter da anistia. Ela era um elemento essencial na operação de institucionalização política levada a cabo pela ditadura, pois significava levantar as interdições do direito de cidadania aos punidos pela ditadura, tanto no exílio, quanto nas prisões ou na simples suspensão dos direitos políticos.

Havia tomado posse um novo general-presidente, igualmente escolhido pelas FFAA, o general João Baptista Figueiredo, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Pressionado pela ampla mobilização popular a favor de uma anistia geral e irrestrita, ele foi obrigado a incluí-la em seu pacote que buscava dar continuidade à abertura política iniciada pelo general Geisel. Assim puderam retornar ao país milhares de exilados, saíram das prisões centenas de condenados e voltaram à vida política muitos dirigentes opositores.

Entre os que retornavam ao país se encontravam líderes de antes de 1964, como Leonel Brizola, o secretário geral do PCB, Luís Carlos Prestes, o político pernambucano Miguel Arraes, assim como líderes do movimento estudantil dos anos 60, como José Dirceu e Vladimir Palmeira, entre outros. Uma parte deles trazia ex-

periências políticas adquiridas primeiro no Chile, depois na Europa ocidental ou mesmo em Cuba, que se somavam àquelas acumuladas na resistência interna à ditadura militar.

Entre as medidas de abertura política estava a liquidação da legislação ditatorial sobre os partidos políticos, que os havia restringido a dois. Abria-se a possibilidade para a renovação partidária e, com ela, a perspectiva de que a esquerda ganhasse contornos novos e mais definidos.

O velho MDB se manteve como o partido essencial da transição democrática, onde passaram a conviver desde setores da esquerda — no início da transição o PCB, o PC do B, o MR-8 já transformado permaneceram em suas fileiras — até grupos egressos da ditadura e somados à oposição. Sua bandeira era a da redemocratização. Esta comportava desde interpretações liberais — como a simples recomposição do Estado de direito — até visões que se faziam acompanhar de profundas reformas sociais, com a substituição do modelo econômico da ditadura. Como veremos mais adiante, prevaleceu, com o Colégio Eleitoral e o governo Sarney, a primeira variante, deixando em posição subalterna os setores de esquerda do MDB, agora rebatizado de PMDB.

A antiga tradição do getulismo foi re-
vivida por meio de um partido dirigido
por Brizola. Sem conseguir manter o no-
me de PTB, ele optou por uma variação:
Partido Democrático Trabalhista (PDT),
com ideologia nacionalista, pretendendo
ser uma força à esquerda do PMDB. Leo-
nel Brizola confiava nos elementos de
continuidade entre os trabalhadores bra-
sileiros — que, como vimos, deram lugar
aos de ruptura e renovação — para se co-
locar à sua cabeça, retomando o fio inter-
rompido em 1964 com o golpe contra o
governo de João Goulart.

Então surgiu o PT, Partido dos Traba-
lhadores. Como se viu anteriormente, o
Brasil nunca havia tido uma forte tradição
de esquerda e, quando ela existiu, foi
dentro dos padrões do movimento comu-
nista internacional. Agora, vinda das for-
ças de resistência à ditadura, fosse do mo-
vimento sindical, fosse dos movimentos
de resistência civil e dos novos movimen-
tos sociais, emergia uma força *sui generis*
até mesmo em termos dos padrões conhe-
cidos de forças de esquerda no mundo.

Liderado por Lula e por seus compa-
nheiros de resistência sindical, o novo
partido agrupava antigos militantes dos
anos 60, democratas radicalizados, novos
movimentos cristãos, intelectuais de es-
querda, pequenos grupos remanescentes

